

**PET no HABEAS CORPUS Nº 485.870 - RJ (2018/0342573-3)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**REQUERENTE : JOSE LEONARDO VASCONCELLOS DE ANDRADE**  
**ADVOGADO : JULIO MATUCH DE CARVALHO - RJ098885**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de petição por meio da qual o requerente informa que o agravo regimental interposto contra a decisão que indeferiu a revogação da cautelar de afastamento do mandato de vereador já foi julgado, o que afastaria eventual alegação de supressão de instância.

Reitera os argumentos expostos na inicial, e pleiteia a concessão de liminar para fazer cessar, de forma imediata, o disposto no inciso VI do artigo 319 do Código de Processo Penal.

Postula, ainda, a intimação da data que o presente remédio constitucional será levado a julgamento para fins de sustentação oral.

É o breve relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

Isso porque o requerente não apresentou novos argumentos aptos a modificar o que foi decidido, sendo prudente a análise minuciosa das alegações apresentadas no bojo do *habeas corpus*, a ser confrontada com o que foi decidido pelo Tribunal de origem, para que as teses lançadas sejam melhor discutidas quando da apreciação e do julgamento do mérito do remédio constitucional pelo colegiado, juiz natural da causa.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorreu *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Defere-se, outrossim, o pleito formulado à fl. 422, referente à comunicação da data em que o *habeas corpus* será levado à deliberação, para fins de sustentação oral, a qual será realizada por meio da página do Superior Tribunal de Justiça localizada na internet, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator